

REFLEXÕES E EXPECTATIVAS FAMILIARES EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTORES: CELEIDA B. GARCIA CINTRA PINTO;
MARIA ELEUSA MONTENEGRO;
ANA REGINA MELO SALVIANO;
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB.
celeidacindra@uol.com.br

1 APRESENTANDO A PESQUISA

O tema deste trabalho versa acerca das necessidades e das expectativas da educação infantil e da formação do professor para atuar neste nível de ensino, por intermédio da fala de pais. Pretende também investigar, diante das mudanças governamentais realizadas nos últimos dez anos, se o profissional que atua na Educação Infantil encontra-se preparado diante da realidade da educação infantil do Distrito Federal.

Compreende-se como educação infantil aquela que atende pedagogicamente o período de vida escolar de crianças com idade entre 0 e 5 anos, isto com a implantação do ensino fundamental de nove anos. Entretanto, este trabalho enfatiza o período de 3 a 5 anos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 (BRASIL.MEC, 1996), a instituição educacional que atende crianças de 0 a 3 anos é denominada de creche e a que atende crianças de 4 e 5 anos denomina-se infantil.

A Constituição Federal da República de 1988 (BRASIL.MEC, 1996) determinou, em seu art. 208, inciso IV, que a educação na faixa etária de 4 e 5 anos é dever do Estado e que essa responsabilidade, então, caberia ao antigo curso normal (nível técnico) ou simplesmente magistério de segundo grau.

Desse modo, o objetivo geral desse trabalho foi investigar, junto aos pais, as expectativas e as necessidades da Educação Infantil verificando-se também a preparação do profissional para atuar nesse nível de ensino.

2 PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Esta pesquisa foi realizada em seis escolas públicas que atuam na área da educação infantil e, posteriormente, serão aplicados questionários em professores de cada uma das escolas pesquisadas.

Para análise e discussão dos dados utilizou-se pressupostos da epistemologia qualitativa proposta por González Rey (2005, p. 5-8, grifo do autor), que a conceitua como sendo aquela que “defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação (grifo também do autor) linear de uma realidade que se nos apresenta”. Neste sentido, realizou-se a coleta de dados e a busca, em material bibliográfico (livros e artigos), da legislação sobre o assunto.

Para isto, foram definidas algumas categorias, quais sejam: a caracterização dos participantes da pesquisa; o trabalho pedagógico; relações interpessoais; formação para o trabalho e realidade escolar.

O questionário, instrumento utilizado para a realização desta coleta, foi elaborado com perguntas abertas e fechadas. Verificou-se, também, referências importantes que caracterizassem os participantes, como: idade, sexo, escolaridade e profissão que exerce.

3 RESULTADOS ENCONTRADOS

Os resultados serão apresentados abaixo nas categorias propostas:

3.1 A caracterização dos participantes da pesquisa

Quanto à caracterização dos pais das escolas públicas, evidenciou-se que, dos 16 (dezesesseis) entrevistados, 13 (treze) são do sexo feminino e 3 (três) do masculino. Constatou-se que a faixa etária de 7 (sete) pais encontrava-se entre 31-40 anos; de 5 (cinco) pais entre 41-50 anos; de 3 (três) pais entre 20-30 anos e apenas 1 (um) pai entre 51-60 anos.

Quanto à formação acadêmica ou grau de escolaridade, predominou o ensino médio completo com 5 (cinco) pais e 1 (um) com esse nível de ensino incompleto. Quanto ao ensino fundamental, 3 (três) pais o concluíram e 1 (um) não o completou. O curso de graduação foi representado por 4 (quatro) pais e 2 (dois) pais apresentaram sua escolaridade.

Em relação à profissão que os pais exercem, foram descritas diversas profissões, como: carteiro, técnica em enfermagem, vendedor, cozinheira, servidor público, auxiliar de serviços gerais, enfermeiro, professor, diarista, dona de casa, assistente administrativo e auxiliar de monitoria. Ressalta-se que 4 (quatro) pais não responderam a esse item.

3.2 O trabalho pedagógico

A respeito do principal atributo que deve ter um professor da Educação Infantil, os pais ressaltaram várias características, que julgam essenciais e que devem estar presentes no perfil do profissional de educação infantil: cinco pais relataram “a paciência”; quatro pais descreveram que ser “criativo”; três pais disseram “que tem que gostar do que faz/profissão”; dois pais afirmaram que “tem que gostar de criança”; dois pais estão de acordo que “atenção” é prioridade, e todos os pais acrescentaram que ser “alegre”, “dedicado”, “competente”, “dinâmico”, “atualizado”, “responsável”, “comprometido”, “carinhoso”, e “ter formação para atuar como professor de Educação Infantil” é fundamental.

Quanto ao papel da escola na formação dos filhos, cinco pais concordaram que o aprendizado sobre cidadania, formação intelectual, desenvolvimento social e afetivo, tem fundamental importância no processo educativo de seu filho; enquanto quatro pais mencionaram que a escola é importante; um pai não respondeu à questão e os demais deram respostas como “a escola tem o papel de ajudar a criança a desenvolver suas habilidades e adquirir conhecimentos” e “vejo como um complemento na educação de meu filho, pois escola e família têm que andar junto”.

Em relação a esse aspecto, Libâneo (1994, p. 16-17) enfatiza que:

O trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliarem no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los

para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social.

Sobre indisciplina, dez pais afirmaram que os professores devem comunicar em primeiro lugar a família sobre o ocorrido; entretanto, seis pais alegaram que cabe ao professor e à escola tomar as providências, tais como: “ser firme, e não ceder quando existir choro”; “corrigir”; “levar à direção”; “impor limites, e ter postura”; que “deveria ser como antigamente-castigo, rigor na punição”; “chamar atenção, sem humilhar diante dos outros” e “falar em particular fora da reunião”.

Quanto à educação inclusiva, destacou-se um relato acerca do tratamento quanto de um deficiente auditivo não havendo distinção no tratamento em relação aos outros alunos.

Indubitavelmente, o papel do educador ficou evidente quando foi perguntado qual deve ser a responsabilidade do professor quando está com o seu (sua) filho (a). Seis pais declararam que educar e ensinar são indispensáveis para um educador. Vale ressaltar frases ditas por dois pais: “desenvolver metas de aprendizagem, buscando sempre novos materiais e idéias” e “o professor deve estar comprometido com o aprendizado de todos ao mesmo tempo, considerando para isso metodologias diversificadas”. Ficou explícito, entretanto, entre seis pais, que algumas características que são de responsabilidade dos pais foram atribuídas para o educador, como: “a responsabilidade de um pai/mãe”; “todas”; “de como seria se estivesse com seu próprio filho”; de “passar segurança, amor, carinho, e por limite adequado”. No entanto, dois pais se abstiveram de suas respostas.

Outro questionamento importante para a pesquisa foi se os pais podem contribuir com a escola para o desenvolvimento global (integral), a que doze pais afirmaram poder contribuir apoiando as iniciativas da mesma, participando e interagindo no dia-a-dia e nas reuniões convocadas e atividades solicitadas. Em contrapartida, um pai declarou que “o governo pode fazer muita coisa, mas não faz” e o outro desabafou dizendo que o filho “por ele ter dificuldade da fala, a escola poderia encaminhá-lo a fonoaudióloga”. No relato de dois pais foi colocado que contribuiriam em casa, ajudando o filho e que pais são os principais na educação dos filhos e que compete à família a principal tarefa.

No que se refere à qualidade do ensino, dez pais concordaram que a preparação para a cidadania é uma das tarefas da escola, aspecto já apontado em outros questionamentos, e doze pais acreditam que a educação deve iniciar em casa e que a escola e o professor devem complementar o papel da família. Nove pais consideraram que estão adequados os procedimentos que a escola utiliza para avaliar a aprendizagem de seus filhos no decorrer do ano.

Com relação às brincadeiras, seis pais declararam que a escola está esquecendo que estão lidando com crianças e que elas precisam do lúdico para aprender, ou seja, de que o brincar faz parte do processo ensino-aprendizagem na educação infantil. Em contrapartida, um pai fez menção de que, quanto mais brincadeiras acontecerem na escola, menos o meu filho irá aprender. Foi ressaltado por oito pais que, se a escola convidasse os pais para participarem de eventos nos finais de semana, juntamente com os filhos, seria criada a possibilidade de ambos, professores e pais, perceberem o desenvolvimento das crianças.

A respeito deste assunto, Vygotsky (1989) atribui relevante papel ao brincar para a construção do pensamento infantil. A criança, utilizando-se da brincadeira, reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo o próprio pensamento e a linguagem, segundo este autor, tem importante papel no desenvolvimento cognitivo da criança à medida que sistematiza suas experiências e ainda colabora na organização dos processos em andamento.

Quanto às tarefas de casa, um pai respondeu que não deveriam ser enviadas, pois a aprendizagem das crianças deve ser da de responsabilidade dos professores; três pais

afirmaram que não gostariam de ter que ajudar o filho no dever de casa, afirmando que trabalham o dia todo e que não têm tempo para isso e cinco pais admitiram que o filho aprende mais na escola do que em casa. No entanto, dois pais consideraram que quanto mais dever de casa, mais aprenderão.

Quanto às necessidades pedagógicas e emocionais dos alunos, um pai manifestou que a escola tem a responsabilidade em supri-las e todos os pais admitiram que os professores devem preocupar mais com o desenvolvimento emocional do que com a aprendizagem dos alunos. Curiosamente, dois pais não dão importância para o projeto pedagógico da escola, manifestando-se que o importante é que a escola alfabetize os seus filhos mais rapidamente.

Questionados a respeito da função da escola em educar o aluno, um pai respondeu que a escola que a obrigação de fazê-lo uma vez que paga para isto. Para quatro pais é importante acrescentar outras necessidades educacionais, tais como: “que os professores fossem além da instrução, fosse um pai no sentido literal, olhasse o aluno como um todo”; que se deve ter com as “avaliações, maiores cuidados”; que há a necessidades de que as crianças leiam, entendam e interpretam e que há muita tarefa para casa que não despertam o interesse para a criança, terminando pela mãe ou o pai executando-as para o filho.

3. 3 Relações Interpessoais

As relações interpessoais na escola, no primeiro questionamento os doze pais descreveram o que esperam ouvir dos dirigentes e professores, quando são convidados para uma reunião escolar, qual seja, sobre a aprendizagem e o desenvolvimento do seu filho, mais relevante para eles; três pais elegeram o elogio como o mais importante para ouvir nas reuniões, uma mãe afirmou que “é convidada toda segunda-feira para ouvir sobre o filho”, porém, um dos pais demonstrou que aceita críticas com relação ao seu filho.

Indagado sobre o conhecimento do Projeto Pedagógico da escola, doze pais apresentaram o “não” como resposta, sendo que um pai questionou o que seria um projeto pedagógico. Quatro pais declararam que o conheciam, dentre eles três afirmaram que isto era importante para “saber as metas e objetivos da escola”; para “nós pais, estejamos cientes da didática usada pelos professores com os nossos alunos” e “para que a família possa acompanhar os filhos”.

Sobre o projeto político-pedagógico, Veiga (2007, p.117-118) afirma que ele “é um instrumento formativo e auxilia a desenvolver uma ação coletiva, porque não se constroem projetos por decretos ou intervenções externas à escola. O projeto edifica-se com o próprio grupo de professores, alunos, pais, funcionários, representantes da comunidade no âmbito da prática pedagógica”.

Quanto ao número de reuniões que a escola promove para a família, nove pais acreditam que a instituição oferece o número suficiente, para ficarem a par do desenvolvimento global da criança; seis pais disseram que “não”, que a escola precisa oferecer mais reuniões durante o ano letivo e um pai disse que mais ou menos, pois em um ano sente falta de reunião e em outro não, ou seja, que é preciso ter sensibilidade sobre a necessidade de haver reunião na escola.

Sobre o relacionamento escola-pais, dois pais manifestaram-se que ele deve existir, outro pai acredita que a escola é deve ser responsável pela aprendizagem dos filhos e um deles afirmou que é dos pais esta responsabilidade.

Quanto à proximidade sócio-pedagógica dos filhos, por meio da realização de projetos, nove pais acreditam que a escola deveria realizá-los em parceria com os pais, um pai não percebe o real sentido desses projetos.

Quanto à participação de reuniões escolares, quatro pais afirmaram que preferem não comparecer às reuniões, para não receberem reclamações sobre os filhos, sendo que um deles sugeriu que ela fosse realizada em sala reservada. Dez pais acreditam que a escola deve desenvolver atividades culturais com as famílias, a fim de que os pais possam trocar experiências sobre o desenvolvimento das crianças.

No que tange ao envio de bilhetes na agenda do meu filho; três pais afirmaram que não concordam com este comportamento da escola, cobrando tarefas, compromissos, dentre outras burocracias escolares. Os pais foram unânimes quanto à parceria da família com os profissionais da escola, pois reconhecem que ela é fundamental para o desenvolvimento global das crianças.

Ainda sobre a relação professor-pais, quatro pais afirmaram que os docentes não estão preparados para compartilhar com os pais as atividades pedagógicas que desenvolvem, limitando-se essa relação à prestação de contas e cobranças.

Os pesquisados ainda apresentaram como necessidades a serem supridas na escolar, que a mesma deve oferecer cursos para os pais, que se deve reestruturar o ensino em todos os sentidos e que haja por parte do governo mais interesse em “mudar esse quadro terrível da educação”.

A escola nesse contexto é vista como responsável juntamente com os pais para a formação da criança. Esse ser humano pequeno, que um dia irá se desenvolver e virá a tornar-se um adulto, necessita da construção do conhecimento, que pode ser vista como uma emergência dos relacionamentos intersubjetivos que retroagem sobre os sujeitos individuais e coletivos que, por sua vez, alimentam as redes construindo novos conhecimentos. Segundo Hernandez (2005), as subjetividades individual e social são construídas na inter-relação do ser humano com seus contextos social e natural, no marco de sua atividade cotidiana, sendo então um produto histórico-cultural.

3.4 Formação para o trabalho

Quanto à formação do docente atuar na educação infantil, catorze pais concordaram que os professores devem estar em constante busca de novos conhecimentos e materiais para enriquecer seu trabalho em sala de aula e oito pais acreditam que todos os professores da educação infantil deveriam ser formados em Pedagogia, pois estariam mais bem preparados para o trabalho pedagógico. Entretanto, dez dos pais consideraram que o professor de seu filho está bem preparado para exercer a docência, apesar de frisarem que a comparação entre alunos feita pelo professor entre alunos, traz desmotivação e provoca problemas na frequência escolar.

Entre os pesquisados, dois pais citaram que a oferta de cursos de aperfeiçoamento para o professor e contratação de um profissional na área de Psicologia são relevantes, a fim de colaborar na solução dos problemas que envolvem o professor e alunos para o sucesso educacional, **os mesmos pais**, fizeram alusão ao fato de que “alguns professores não sabem dar aula”, dando a “impressão que enrolam” e que fazem uso de muitas licenças médicas.

Neste sentido, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 41) destaca e enfatiza o papel do profissional que irá atuar nesta faixa etária, da seguinte maneira:

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este

caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve.

Percebe-se, portanto, a grande responsabilidade do profissional da Educação Infantil, que deverá ter um perfil multifacetado para atender às diversas solicitações que a criança exige nessa idade.

3.5 Realidade Escolar

Em relação ao que os pais esperam que a escola e que o governo façam pela educação de seus filhos, catorze pais identificaram que é imprescindível investir na estrutura educacional, que melhore a remuneração dos professores, que invistam em inovações tecnológicas, proporcionando qualidade no ensino, tanto para os alunos quanto para os profissionais da educação.

Os pais esperam que devam existir políticas públicas no sentido de fiscalizarem as escolas com baixo desempenho, para que estes estabelecimentos, cientes de suas deficiências, preencham as lacunas apontadas, ampliando, portanto, as possibilidades da aprendizagem das crianças.

Conforme Libâneo (2005, p.117), sobre o assunto, deve-se “inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos”.

Quanto à estrutura e funcionamento da escola, seis pais explicitaram que as necessidades da realidade escolar e que deveriam ser supridos são de profissionais nas áreas de saúde, como Nutricionista, Psicólogo e Fonoaudiólogo e na área de ensino como o reforço escolar e aulas de natação. Uma queixa apresentada foi com relação à merenda escolar que deveria ser melhorada principalmente para os alunos que ficam na escola em tempo integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A faixa etária dos participantes variou bastante de 20 anos a 60 anos, o que, entretanto, não fez ocorrer divergência de percepção deste nível de ensino. A formação acadêmica dos pais está representada pela conclusão da educação básica o que vem a demonstrar mais uma vez que os pais de nível econômico mais elevado e, conseqüentemente, com graduação, matriculam-se os seus filhos em escolas particulares.

Os pais afirmaram também que o papel da escola é muito importante, pois deve ajudar a criança a desenvolver suas habilidades e adquirir conhecimentos, promovendo a sua cidadania e o seu desenvolvimento intelectual.

Quanto à questão da indisciplina, os pais divergiram entre si, uns achando que a solução compete ao educador, inclusive cuidando das crianças como se fossem seus filhos, e outro que competia à família. Deve-se salientar o fato de que alguns pais ainda gostariam que os seus filhos fossem tratados pelos educadores, relataram que “deveria ser como antigamente-castigo, rigor na punição”.

Percebeu-se a visão de alguns pais em quererem a reestruturação do sistema educacional a partir das pequenas situações, como melhoria das reuniões escolares com

propósitos explícitos, “desarmada em sua política interna” e transparente em suas ações educacionais.

No que se refere às relações interpessoais, considera-se importante salientar que nove pais salientaram a busca de parceria escola-pais para uma educação de qualidade e diferenciada. Um número significativo de pais acredita que a escola deve desenvolver atividades culturais com as famílias, para que haja mais oportunidade de troca de experiência sobre o desenvolvimento dos filhos.

Ficou clara a existência de dúvidas, por parte dos pais, com relação aos projetos pedagógicos da escola do seu filho.

Considera-se que, de acordo com o número dos pais que participaram de pesquisa, pode-se estabelecer uma percepção indicativa da situação de algumas escolas públicas do Distrito Federal.

Os pais encontram-se atentos e querem uma educação de qualidade e diferenciada para os seus filhos. Houve pais que salientaram a importância da parceria entre família-escola-governo.

A preocupação com a estrutura e funcionamento educacional, os quais interferem no desenvolvimento e aprendizagem da criança, não fez com que os pais eximissem sua responsabilidade na formação de seus filhos, mas, entretanto, atribuíram ao governo a liderança quanto à qualidade do sistema de ensino.

Pretende-se divulgar os resultados desta pesquisa em eventos e em periódicos científicos, em nível regional, nacional e internacional.

Esses resultados poderão servir de base para reflexões entre profissionais desse nível de ensino e fornecer elementos que contribuam tanto para instituições de educação infantil como para a sociedade que devem buscar uma educação de qualidade e igualitária.

REFERÊNCIAS

- BRASIL.MEC, *Parâmetros Curriculares Nacionais*. MEC, Brasília, 1998.
- _____, *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, MEC/SEF, Brasília, 1998, Vol. 1, 2 e 3.
- _____, *Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996*, Disponível em: www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394, Acesso em: 15 mar. 2006.
- BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2006.
- DF.SEEF, *Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil do Distrito Federal*, SEEF, Brasília, 2002.
- GONZÁLEZ REY, Fernando, *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade – Os processos de construção da informação*, Thompson, São Paulo, 2005.
- HERNANDEZ O. D’Ângelo, Subjetividade e complexidade: processos de construção e transformação individual e social. In: GONZÁLEZ REY, Fernando. *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*, Thompson Pioneira, São Paulo, 2005.
- LIBÂNEO, José Carlos de. *Didática*, Cortez, São Paulo, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos de; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2005.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico*, Papirus, Campinas, 2007.
- VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e Linguagem*. Martins Fontes, São Paulo, 1989.